

INDICADORES DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS NO BRASIL NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Nesdete Mesquita Corrêa – UFMS/Campo Grande

Agência Financiadora: CAPES

No Brasil, embora a sala de recursos se constitua como atendimento educacional especializado na política educacional desde os anos 1970, essa assumiu papel relevante no processo de municipalização da educação especial, *status* ainda observado na política da educação especial brasileira adotada pelo governo federal, particularmente, após 2007, quando é lançado o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Para abordar a política educacional em pauta, é necessário entender como se organiza o federalismo brasileiro (União, estados, municípios e o Distrito Federal) que tem o regime de colaboração estabelecido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e nele, como ocorre o pacto e os atuais mecanismos de oferta educacional (FARENZENA, 2007).

A Carta Magna ao dispor que as esferas de governo devam organizar seus sistemas de ensino, mediante parcerias entre os entes federados (BRASIL, 1988, art. 211), com o compartilhamento de tarefas educacionais, traduz o esforço do Estado em praticar a descentralização¹ das políticas públicas (MARTINS, 2004). Assim, a razão do regime de colaboração tem sido uma estratégia encontrada pelo Estado brasileiro para minimizar as grandes desigualdades regionais do país. Todavia, hoje, traz consigo tensões que expressam conflitos que de longa data não foram resolvidos (CAMINI, 2010).

Não é possível compreender a dinâmica das políticas desvinculadas das mudanças ocorridas no capitalismo e que caracterizam o seu atual estágio, pois essas mudanças não ficaram circunscritas apenas no recinto das empresas. No contexto do regime de colaboração, diante da articulação entre os entes federados para a oferta da educação, as mudanças também foram incorporadas pelas políticas públicas, sobretudo, pelas políticas educacionais, dando novos rumos à sua organização. Assim, as mudanças que ocorrem no capitalismo estão diretamente presentes na elaboração e gestão das políticas educacionais (GARCIA, 2009).

¹ “[...] transferência de responsabilidades e atribuições de um território mais abrangente em direção a governos estaduais e/ou municipais” (LUCE; FARENZENA, 2007, p. 9).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo dos indicadores do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, no âmbito do PDE, no período de 2007 a 2010, abrangendo as cinco regiões brasileiras. Para tanto, partiu-se do entendimento de indicadores como indicador social², que, na interpretação de Jannuzzi (2011, p. 2) é:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Neste estudo, foram considerados como indicadores o conjunto de dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) relativos: a) ao Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (número de salas distribuídas, tipologia das salas, regiões, estados e número de municípios contemplados, por esfera administrativa); b) ao número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns (Inep/MEC), no intuito de apontar a relação com a distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais nas cinco regiões do país e das respectivas unidades federadas.

Adotou-se, como procedimento metodológico, o levantamento e análise documental, por meio de dados estatísticos divulgados pelo Inep/MEC (Censo Escolar), pelo IBGE (Censo Demográfico), de documentos nacionais da educação e da educação especial; levantamento de dados do MEC sobre a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais no período de 2005 a 2010. Contudo, a ênfase do estudo e da apresentação de dados a partir do ano de 2007, deu-se pelos seguintes motivos: primeiro, devido ao fato de que, nesse ano, o PDE/PAR entrou em vigor e, com ele, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, como política prioritária e indutora por parte do governo federal para a oferta do atendimento educacional especializado no país; segundo, que, desde 2007, o Inep tem utilizado metodologia equivalente para publicar os indicadores da educação brasileira, entre eles os relativos à educação especial³.

² Destaca-se que os indicadores sociais são construídos a partir de estatísticas públicas da política educacional. (JANNUZZI, 2011).

³ Até 2006, a unidade básica de coleta do Censo escolar era a escola. A partir de 2007, o Censo passou a adotar o aluno como unidade básica de coleta, sendo que além dos dados gerais sobre a escola, foram incluídas informações específicas sobre cada aluno, cada professor regente e cada turma.

Destaca-se que no desenvolvimento deste estudo foram encontradas algumas dificuldades metodológicas para elucidar as informações disponibilizadas, pelo MEC, relativas aos dados coletados sobre o processo de implantação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais no país, explicitadas nas análises, que tiveram como fundamento epistemológico o materialismo histórico dialético.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2007a) foi instituído em 2007, no âmbito do PDE (BRASIL, 2007b) e tornou-se, com o Plano, a ênfase da política da educação especial brasileira por parte do governo federal. Esse programa, em sua proposição, é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação que apresentem, no Censo Escolar (Inep/MEC), matrículas de alunos com deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial), alunos com transtornos globais do desenvolvimento (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil) e alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

Atualmente, o referido programa é tema de debate em âmbito nacional e de investigação por vários pesquisadores (SILVA, 2008; PRIETO, 2009; CHIESA, 2009; SOARES, 2011; MALHEIRO, MENDES E BOTURA, 2011; REBELO, 2012; MILANESI, 2012, entre outros), pois de acordo com dados do MEC, de 2005 a 2010, foram distribuídas pelo governo federal 24.301 Salas de Recursos Multifuncionais para 4.615 municípios brasileiros.

O documento do PDE (BRASIL, 2007b, p. 7) define-o como “[...] plano executivo, como conjunto de programas que visam dar consequência às metas quantitativas [...]” estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), ao justificar que “[...] pretende ser mais do que a tradução instrumental do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual, em certa medida, apresenta um bom diagnóstico dos problemas educacionais, mas deixa em aberto a questão das ações a serem tomadas para a melhoria da qualidade da educação”.

O PDE é executado através do Plano de Ações Articuladas (PAR), que segundo o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” visa oferecer apoio técnico e financeiro da União aos estados e municípios brasileiros, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007c), implantado em 2007. Desse modo, a relação entre o PAC e o PDE/PAR pode ser explicada pelo fato, de o PDE instigar o planejamento educacional no país, sob a influência de políticas que fomentam o desenvolvimento econômico.

Com o PDE, a coordenação e o desenvolvimento da assistência técnica e financeira dos programas e ações do MEC são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Assim, ao investigar os indicadores do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas diversas regiões brasileiras (âmbito regional) foi preciso considerar o contexto mais amplo das políticas educacionais implementadas no Brasil, a partir do PDE, que articulou o modelo de gestão educacional aos parâmetros do desenvolvimento econômico (âmbito universal).

1. A distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil: mapeando dados

A partir de 2007, no âmbito do PDE, o MEC passou a divulgar no seu portal eletrônico, informações acerca do processo de implantação e distribuição das Salas de Recursos Multifuncionais. Em 2009, o Órgão divulgou a notícia destacada a seguir, que mostra a importância atribuída ao PDE, por meio do PAR, para a implantação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais no país:

A Secretaria de Educação Especial oferece equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das **salas de recursos multifuncionais**, de acordo com as demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada plano de ações articuladas (PAR) [...]. (PORTAL DO MEC, 2009⁴, grifos meus).

Em 2010, nova notícia, veiculada em outro portal eletrônico do MEC⁵, apresentou o balanço sobre a gestão da educação dos governos do Presidente Lula (2003-2010), constando, no *link* sobre o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”:

No período de 2005 a 2010 foram disponibilizadas 24.301 Salas de Recursos Multifuncionais, sendo 17.679 para a rede municipal, 6.532 rede estadual e as demais na rede federal de ensino. Esta ação contemplou 83% dos municípios brasileiros, sendo implementada em 43% das escolas públicas com matrícula de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular. Do total de **salas implantadas, 23.454 são do Tipo I e 847 são do Tipo II**, com recursos adicionais para o atendimento aos alunos com deficiência visual. (PORTAL DO MEC/SEESP, 2010⁶, grifos meus).

⁴ Disponível no *site*: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295 &Itemid=595](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&Itemid=595)>. Acesso em: 8 dez. 2009.

⁵ “O que foi feito”, disponível no *site*: <<http://gestao2010.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

⁶ Disponível no *site*: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_70.php>. Acesso em: 22 dez. 2010.

Os indicadores dos municípios brasileiros contemplados, até então, pelo programa, divulgados pelo MEC, constam nos dados da tabela 1:

Tabela 1 – Brasil. Número de municípios contemplados pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais por região (2005-2010)

Região	Unidade da Federação	Nº de municípios
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	01
	Goiás	224
	Mato Grosso	134
	Mato Grosso do Sul	78
Subtotal		437
NORDESTE	Alagoas	93
	Bahia	378
	Ceará	182
	Maranhão	206
	Paraíba	173
	Pernambuco	163
	Piauí	181
	Rio Grande do Norte	154
Sergipe	71	
Subtotal		1.601
NORTE	Acre	22
	Amapá	16
	Amazonas	61
	Pará	139
	Rondônia	152
	Roraima	15
	Tocantins	117
Subtotal		522
SUDESTE	Espírito Santo	78
	Minas Gerais	527
	Rio de Janeiro	91
	São Paulo	447
Subtotal		1.143
SUL	Paraná	358
	Santa Catarina	247
	Rio Grande do Sul	407
Subtotal		1.012
Total de municípios contemplados		4.615

Fonte: Disponível no site: <<http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/pais/indid/268>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

Esses indicadores induzem uma perspectiva política de governo para a educação especial como uma política de “pacote”, que supostamente, atenderia as necessidades de municípios com realidades tão distintas no país. Contudo, a singularidade das diferentes regiões brasileiras, revelada pelos próprios indicadores educacionais divulgados pelo governo federal, há muito tempo, apontam o contrário.

Possivelmente, a opção política do MEC, em defender a oferta exclusiva do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, por meio de um programa e, não, à oferta educativa aos alunos com necessidades específicas/deficiência de forma mais ampliada, materializa a expansão

do consumo dos produtos tecnológicos e de serviços, em âmbito nacional, uma forma de concretizar as demandas de acumulação flexível do capital (ANTUNES, 1995, 2000).

Observou-se nos dados noticiados pelo MEC, alusivos ao quantitativo de salas implantadas no período de 2005 a 2010 (tabela 2), que ora esses se referem a salas implantadas, ora como escolas contempladas, explicitando uma divergência nos dados apresentados pelo próprio Órgão, sobre a política da educação especial, não sendo possível elucidar se a divergência nas informações é decorrente de um equívoco no registro da categoria utilizada (salas implantadas/escolas implantadas) ou se os dados são relativos à análise de diferentes indicadores do programa.

Tabela 2 – Brasil. Salas de Recursos Multifuncionais: escolas contempladas (2005-2010)

Ano	Tipo II – Com recursos adicionais para alunos cegos	Tipo I – Múltiplas Deficiências	Total Geral
2005- 2010	Escola(s)	Escola(s)	Escola(s)
Total	847	23.454	24.301

* No cálculo dos totais foram considerada (o) s apenas Escola (s) distinta (o) s.

FONTE: Seesp

Fonte: Disponível no *site*: <<http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/pais/indid/268>>.

Acesso em: 5 mar. 2011 (grifos meus).

No conjunto de dados noticiados pelo MEC (2005-2010), também constou a indicação de entidades que não se constituem escolas cadastradas no Inep, mas que foram beneficiadas com salas do programa, não ficando esclarecido se essas seriam as escolas especializadas que, à época, foram contempladas com Salas de Recursos Multifuncionais, o que denota uma contradição nas informações.

Das 24.301 Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas de 2005 a 2010 (valor cumulativo), desse total, 23.454 são do tipo I (múltiplas deficiências) e 847 são do tipo II (com recursos adicionais para alunos cegos), o que correspondeu, respectivamente, a 96,5% e a 3,5% do total de salas distribuídas. Diante da configuração das salas adotadas pelo MEC (Tipo I e II), é possível inferir que o perfil de atendimento as outras necessidades específicas/deficiência apresentadas pelo alunado da educação especial, previsto na PNEE-EI (2008) não é vislumbrado pelo modelo de política de AEE em Salas de Recursos Multifuncionais (Tipos I e II), bem como nele, não se esgota.

Neste estudo, visando elucidar as informações publicadas pelo governo federal sobre a implantação e funcionamento do referido programa em âmbito nacional, em março de 2011, foi

enviada por esta pesquisadora, uma solicitação acerca do detalhamento desses dados, por meio de ofício e *e-mail*, a então Secretaria de Educação Especial – Seesp. No mesmo mês, os dados foram disponibilizados por *e-mail*, pelo setor responsável pelo referido programa naquele Órgão, contendo duas planilhas com o levantamento da distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais – Brasil; uma referente ao período de 2005 a 2009 e a outra com dados relativos ao ano de 2010.

Malheiro, Mendes e Botura (2011) ao desenvolverem análise quantitativa dos dados de distribuição das referidas salas, relativos a 2009, apontaram o número de 15.000 Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas naquele ano em todo o território nacional. As autoras indicaram que naquela ocasião, em relação à distribuição por tipo, “[...] do tipo I foram distribuídas 14.500 modelos e do tipo II, 500 [...]” (p. 3.533).

Porém, neste estudo, ao ser realizado o levantamento e o confronto entre as duas fontes de dados coletados (portal eletrônico do MEC e as recebidas oficialmente daquele Órgão), bem como compará-los com a fonte consultada pelas autoras em referência (MALHEIRO; MENDES; BOTURA, 2011), constatou-se uma divergência nas informações, de mesma natureza, relativas à distribuição das Salas de Recursos Multifuncionais apresentada na planilha da Seesp, alusiva ao período de 2005 a 2009, recebida por esta pesquisadora.

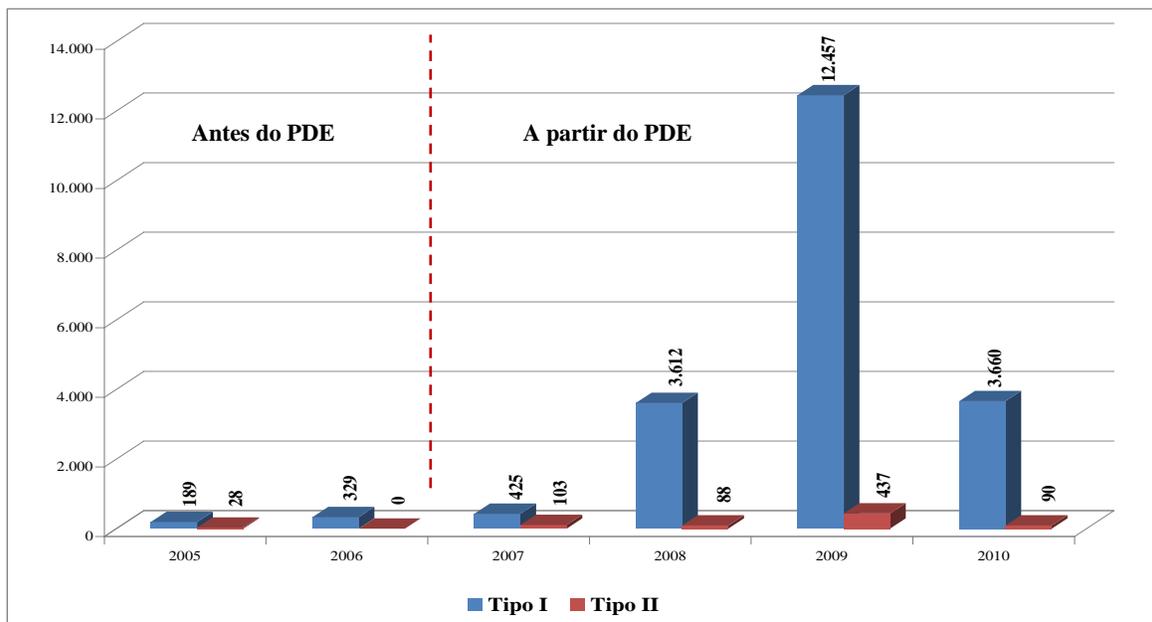
A diferença foi constatada ao se comparar o total de Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas para todos os municípios, indicadas linearmente na planilha, com o somatório do quantitativo de cada uma das variáveis que se pretendeu analisar (tipo, número de salas distribuídas por município, por esfera administrativa – estadual, municipal, federal). Já na planilha referente ao ano de 2010, essa divergência não foi constatada.

Como mencionado na tabela 2, os dados coletados no portal do MEC indicaram um total de 24.301 Salas de Recursos Multifuncionais disponibilizadas (escolas contempladas) de 2005 a 2010. Por outro lado, os dados constantes nas planilhas recebidas daquele Órgão registraram, no mesmo período, o total de 21.418 Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas, em âmbito nacional.

Essa situação induziu ao seguinte questionamento: a diferença de 2.883 salas, ou seja, de 13% entre os totais dos dados, estaria no número de entidades que não constituem escolas cadastradas no Inep, mas que foram beneficiadas com salas do programa, apontado neste estudo?

Os dados sobre a distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2005-2010), pelo MEC, são apresentados no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Brasil. Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2005-2010)



Fonte: Planilhas da Seesp/MEC (2005-2010).

Ainda, ao se realizar o confronto dos dados do ano de 2009 (Gráfico 1), com aqueles apresentados por Malheiro, Mendes e Botura (2011), alusivos ao mesmo ano, constatou-se uma diferença superior a 16% no total de Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas no país, ou seja, de 12.894 salas para 15.000 salas, respectivamente. Em relação ao tipo, no gráfico em questão, em 2009, foi assim quantificado: 12.457 salas do tipo I e 437 salas do tipo II; os dados analisados pelas autoras indicaram 14.500 modelos do tipo I e 500 modelos do tipo II, o que ratifica a contradição nas informações anteriormente mostradas neste texto. Em face dessa circunstância, neste estudo, optou-se pela análise dos dados recebidos da Seesp, por solicitação oficial desta pesquisadora (Gráfico 1).

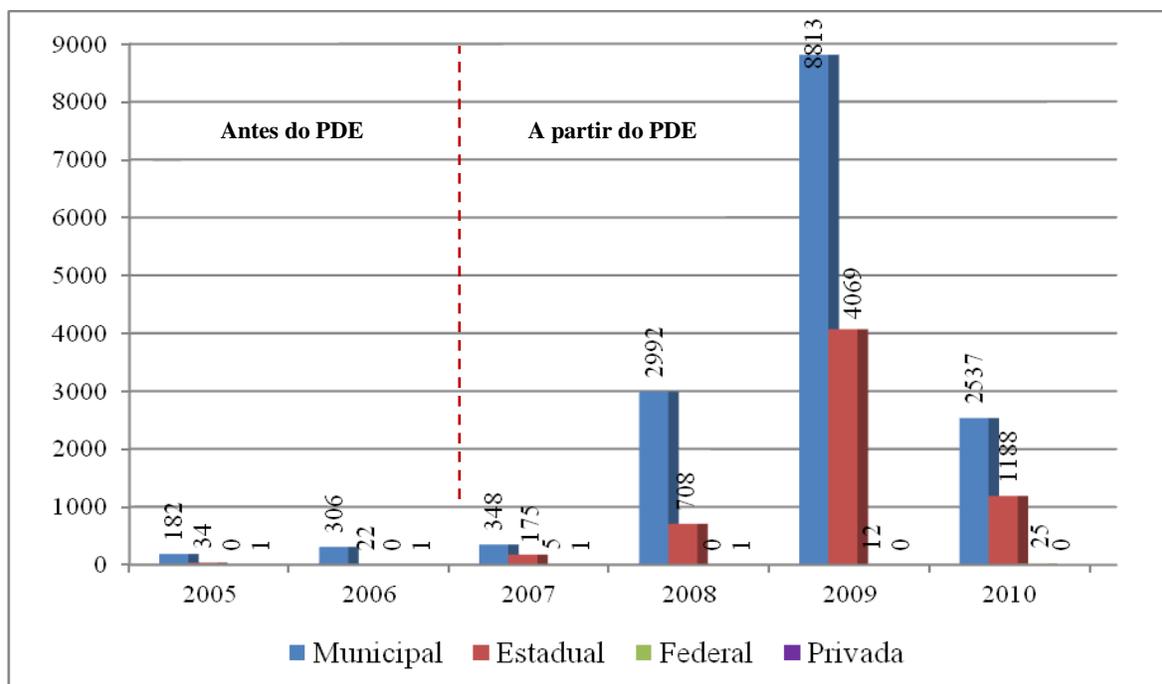
Como é possível verificar pelo gráfico 1, nos anos de 2005 e 2006, foi distribuído um total de 546 Salas de Recursos Multifuncionais, sendo que, dessas, 518 são do Tipo I e 28 do Tipo II. Em contrapartida, no período de 2007 a 2010, na segunda gestão do governo Lula, embora seja um intervalo que represente o dobro do tempo em relação ao período anterior, o

quantitativo de Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas foi significativamente maior, totalizando-se em 20.872 salas de recursos, das quais, 20.154 são do Tipo I e 718 do Tipo II.

Frente aos dados, ficou evidente o aumento no número de distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais a partir da vigência do PDE, sobretudo em 2009, ratificando, assim, que esse Plano, por meio PAR, vem sendo determinante como plano executivo da educação e como regulador da política educacional brasileira, nos últimos anos.

No que tange ao tipo, nos dados apresentados, constatou-se, então, que, das 21.418 Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas, de 2005 a 2010, 20.672 salas são do Tipo I (96,5%) e 746 do Tipo II (3,5%). Os dados coletados também permitiram a análise da distribuição das Salas de Recursos Multifuncionais, por esfera administrativa, verificado pelo gráfico 2.

Gráfico 2 – Brasil. Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais por esfera administrativa (2005 a 2010)



Fonte: Planilhas da Seesp/MEC (2005-2010).

A divulgação, pelo MEC, da distribuição de 24.301 Salas de Recursos Multifuncionais de 2005 a 2010, informou que 17.679 (63,3%) foram destinadas para as redes municipais; 6.532 (26,8%) para as redes estaduais e as outras 90 (9,9%), para a rede federal de ensino. Todavia, a nota não indicou a distribuição de quatro Salas de Recursos Multifuncionais destinadas para

estabelecimentos educacionais da esfera privada⁷, nos anos de 2005 a 2008, sendo uma para instituição de educação infantil e três para instituições que atendem alunos com deficiência, como apresenta o gráfico 2, elaborado a partir dos dados das planilhas recebidas da Seesp.

Ainda que os dados apontem para um pequeno número de instituições privadas beneficiadas com essas salas, esse fato chama a atenção, considerando-se que naquela ocasião, as orientações estabelecidas pela política da educação especial não contemplavam esses estabelecimentos, alteradas posteriormente, com a publicação da Resolução CNE/CEB n. 4/2009 (BRASIL, 2009), que vislumbrou a oferta do atendimento educacional especializado em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e do Decreto n. 7.611/2011 (BRASIL, 2011), que referenda o assunto em questão.

Essa situação mostra a manutenção do apoio da União às instituições de natureza privada, e indica a histórica relação estabelecida entre o público e o privado (parcerias) na oferta do atendimento às pessoas com deficiência em nosso país. Isso remete à observação destacada neste estudo dos dados publicados pelo MEC, sobre entidades que não se constituem escolas cadastradas no Inep, mas que foram beneficiadas com salas do programa. Essa relação, bem como o perfil do atendimento realizado pelas Salas de Recursos Multifuncionais destinadas às instituições privadas, merecem análises mais aprofundadas, porém não serão discutidas neste trabalho.

Neste estudo, ao se realizar as análises da distribuição do número de Salas de Recursos Multifuncionais e relacionar essa distribuição com os indicadores de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns, por região geográfica, publicados pelo Censo Escolar/Inep, no período de 2007 a 2010⁸, constatou-se o que mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Brasil. Relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais por região geográfica (2007-2010)

Regiões	2007		2008		2009		2010		Total de SRM Distribuídas
	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	
Norte	19.868	51	26.478	573	27.849	1.368	39.140	467	2.459
Nordeste	69.230	195	83.699	1.582	91.092	4.586	130.725	1.167	7.725
Sul	58.059	126	59.764	631	52.969	2.725	75.534	734	4.216
Sudeste	141.825	73	180.645	520	183.515	2.618	199.558	1.146	4.357
Centro-Oeste	24.422	83	34.013	394	31.606	1.597	39.375	236	2.310
TOTAL/Ano	313.404	528	384.599	3.700	387.031	12.894	484.332	3.750	23.182

Fonte: Inep/Censo Escolar (2007-2010). Planilhas da Seesp/MEC (2007-2010).

Legenda: SRM - Salas de Recursos Multifuncionais.

⁷ Duas salas destinadas para a região Nordeste (BA e PE) nos anos de 2005 e 2006 e, em 2007 e 2008, duas para a região Sudeste (SP).

⁸ Disponível no *site*: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 dez. 2011

A partir de 2009, em relação aos anos anteriores, o Inep fez alteração na metodologia de coleta de dados, ao detalhar o tipo de deficiência dos alunos. Assim, tomando por base os dados de matrículas de 2008, acredita-se que a redução dessas matrículas nas regiões Sul e Centro-Oeste, em 2009 (Tabela 3), seja atribuída a essa alteração. Porém, este tipo de análise remete à necessidade de outras investigações também não desenvolvidas neste estudo.

Como pode ser verificado, de modo geral, os indicadores presentes na tabela 3 apontaram que não houve proporção entre o número de Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas pela Seesp e as respectivas matrículas do público-alvo da educação especial, nas cinco regiões do país.

A região Sudeste, que apresentou o maior número de matrículas, ficou na segunda posição de salas de recursos recebidas. Por outro lado, a região Nordeste, que se encontra na segunda colocação de alunos matriculados, foi a região mais bem assistida pelo programa, nesse quesito. O mesmo ocorreu com as regiões Norte e Centro-Oeste, considerando-se que essa última, embora apresentasse maior número de matrículas em relação à anterior, também ficou em desvantagem na distribuição das referidas salas.

Diante do exposto, o governo federal, por meio da política de distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais, tem desempenhado a função redistributiva que lhe compete (relação federativa), ou seja, a oferta de maior cobertura aos estados que evidenciam mais desigualdades sociais e para o acesso à educação, com municípios com menor Ideb em âmbito nacional, considerando-se que na região Sudeste, o estado de São Paulo é o estado com maior concentração em recursos financeiros no país, situação essa bem diferente da realidade dos estados, sobretudo, da região Nordeste.

2. Indicadores de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais por região e unidade federada

Os indicadores analisados detalhadamente, por região, oferecem o seguinte mapeamento da relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (Tabelas 4 a 8), como segue:

Tabela 4 – Brasil. Região Norte - Relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2007-2010)

Região Norte	2007		2008		2009		2010		Total de SRM distribuídas
	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	
Acre	1.390	03	2.539	69	2.527	118	3.669	53	243
Amapá	1.210	09	1.575	47	1.682	133	2.421	86	275
Amazonas	1.985	18	3.443	109	3.438	116	4.748	24	267
Pará	8.880	11	10.729	218	12.135	666	16.432	214	1.109
Rondônia	2.238	07	3.354	80	3.164	199	4.383	27	313
Roraima	556	03	616	50	761	136	1.065	08	197
Tocantins	3.609	00	4.222	00	4.142	00	6.422	55	55
TOTAL/Ano	19.868	51	26.478	573	27.849	1.368	39.140	467	2.459

Fonte: Inep/Censo Escolar (2007-2010). Planilhas da Seesp/MEC (2007-2010).

Legenda: SRM - Salas de Recursos Multifuncionais.

Na região Norte (Tabela 4), com 15.865.678 habitantes (CENSO IBGE, 2010⁹), que ocupa o quarto lugar no *ranking* populacional do país, no período de 2007 a 2010, o estado do Pará registrou o maior número de matrículas da educação especial em classes comuns (CENSO ESCOLAR), liderando o maior número de salas recebidas do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, apenas de 2008 a 2010. Em 2007, o estado do Amazonas, embora tenha apresentado indicadores de matrículas da educação especial em classes comuns bastante reduzidos, em relação ao Pará, foi contemplado, naquele ano, com quantitativos de Salas de Recursos Multifuncionais muito superiores aos do Pará, denotando, assim, a mesma contradição na política, observada quando da análise conjunta de todas as regiões (Tabela 3).

No Nordeste (Tabela 5), com 53.078.137 habitantes (CENSO IBGE, 2010), ocupando a segunda posição populacional, no período de 2007 a 2010, a Bahia¹⁰ apresentou a primeira colocação no índice de matrículas da educação especial em classes comuns (CENSO ESCOLAR) e foi a unidade federada que recebeu o maior quantitativo de Salas de Recursos Multifuncionais do programa em referência, com exceção do ano de 2007, quando o estado do Ceará esteve à frente no número de salas recebidas, da mesma forma, como ocorreu com o estado do Pará, naquele ano, como mostra a tabela 5, apresentada na sequência deste texto:

⁹ Disponível no *site*: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

¹⁰ Soto (2011) ao abordar sobre a oferta da educação especial em Feira de Santana (BA) registrou dezenove salas de recursos multifuncionais implantadas, em 2010, em escolas da rede municipal de ensino na zona urbana e rural naquele município.

Tabela 5 – Brasil. Região Nordeste - Relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2007-2010)

Regiões	2007		2008		2009		2010		Total de SRM distribuídas
	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	
Alagoas	3.382	09	4.931	120	5.927	220	9.088	55	404
Bahia	19.418	36	23.085	319	25.435	1.368	35.456	337	2.060
Ceará	17.141	47	18.554	246	18.826	930	23.615	174	1.397
Maranhão	7.850	19	9.547	266	11.385	508	17.145	177	970
Paraíba	5.192	27	7.095	137	6.268	365	10.047	93	622
Pernambuco	6.674	23	8.527	184	9.375	488	14.728	76	771
Piauí	3.372	06	3.996	134	5.428	348	8.170	75	563
Rio Grande do Norte	4.816	28	5.860	176	6.277	359	9.237	144	707
Sergipe	1.385	00	2.104	00	2.171	00	3.239	36	36
TOTAL/Ano	69.230	195	83.699	1.582	91.092	4.586	130.725	1.167	7.530

Fonte: Inep/Censo Escolar (2007-2010). Planilhas da Seesp/MEC (2007-2010).

Legenda: SRM - Salas de Recursos Multifuncionais.

Em relação à região Sul (Tabela 6), cujo indicador populacional a coloca no terceiro lugar da população do país, com 27.384.815 habitantes (CENSO IBGE, 2010), no período de 2007 a 2010, o estado do Rio Grande do Sul apresentou o maior número de matrículas da educação especial em classes comuns (CENSO ESCOLAR), ficando em desvantagem, para o estado do Paraná, apenas no ano de 2007. Todavia, desde 2007, das três unidades federadas dessa região, o Rio Grande do Sul foi o estado contemplado com o maior número de Salas de Recursos Multifuncionais.

Tabela 6 – Brasil. Região Sul - Relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2007-2010)

Região Sul	2007		2008		2009		2010		Total de SRM distribuídas
	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	
Paraná	29.924	39	20.151	256	17.795	1.020	27.489	170	1.485
Rio Grande do Sul	18.056	70	26.591	294	22.742	1.157	32.398	375	1.896
Santa Catarina	10.079	17	13.022	81	12.432	548	15.647	189	835
TOTAL/Ano	58.059	126	59.764	631	52.969	2.725	75.534	734	4.216

Fonte: INEP/Censo Escolar (2007-2010). Planilhas da SEESP/MEC (2007-2010).

Legenda: SRM - Salas de Recursos Multifuncionais.

O Sudeste (Tabela 7) é a região brasileira com maior densidade populacional, com 80.353.724 habitantes (CENSO IBGE, 2010), e o estado de São Paulo foi a unidade federada que liderou o *ranking* de população e de matrículas da educação especial em classes comuns, nessa região (CENSO ESCOLAR). Se comparado o número de matrículas da educação especial no ensino comum que São Paulo apresenta em relação aos outros estados, no período de 2007 a 2010, foi o estado que teve o menor número de Salas de Recursos Multifuncionais concedidas pelo MEC, em desvantagem para os estados das Minas Gerais e Rio Janeiro, respectivamente.

Tabela 7 – Brasil. Região Sudeste - Relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2007-2010)

Região Sudeste	2007		2008		2009		2010		Total de SRM distribuídas
	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	
Espírito Santo	7.095	16	11.564	123	7.434	383	12.073	113	635
Minas Gerais	28.986	26	38.780	251	30.356	1.195	40.349	225	1.697
Rio de Janeiro	14.385	31	19.390	146	17.621	1.040	24.586	378	1.595
São Paulo	91.359	00	110.911	00	128.104	00	122.550	430	430
TOTAL/Ano	141.825	73	180.645	520	183.515	2.618	199.558	1.146	4.357

Fonte: Inep/Censo Escolar (2007-2010). Planilhas da Seesp/MEC (2007-2010).

Legenda: SRM - Salas de Recursos Multifuncionais.

Essa situação reitera o que já vem sendo apontado neste estudo, qual seja, que a diferente proporção constatada na distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais entre as unidades federadas via PDE/PAR, pode ser explicada pela relação federativa que constitui a organização do Estado brasileiro, que tem o regime de colaboração como uma estratégia para minimizar as grandes desigualdades regionais do país e de regulação das políticas públicas¹¹.

No Centro-Oeste (Tabela 8), com 53.078.137 habitantes (CENSO IBGE, 2010), região que ocupa a última posição no *ranking* populacional brasileiro, Goiás foi a unidade federada que apresentou o maior número de matrículas da educação especial no ensino comum (CENSO ESCOLAR), e que manteve a primeira colocação em Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas pelo MEC. O estado de Mato Grosso ficou na segunda posição de Salas de Recursos Multifuncionais concedidas pelo MEC, embora, Mato Grosso do Sul tenha apresentado maiores indicadores de matrículas da educação especial no ensino comum, como indica a tabela 8, apresentada a seguir.

Tabela 8 – Brasil. Região Centro-Oeste - Relação entre número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns e distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2007- 2010)

Região Centro-Oeste	2007		2008		2009		2010		Total de SRM distribuídas
	Nº Matrículas	Nº SEM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	Nº Matrículas	Nº SRM	
Distrito Federal	6.185	07	8.053	30	6.990	181	9.225	19	237
Goiás	9.466	30	14.956	169	13.803	694	16.462	93	986
Mato Grosso	4.187	24	4.977	97	4.552	434	5.502	70	625
Mato Grosso do Sul	4.584	22	6.027	98	6.261	288	8.186	54	462
TOTAL/Ano	24.422	83	34.013	394	31.606	1.597	39.375	236	2.310

Fonte: Inep/Censo Escolar (2007-2010). Planilhas da Seesp/MEC (2007-2010).

Legenda: SRM - Salas de Recursos Multifuncionais.

Face ao exposto, os indicadores da política educacional brasileira ao apontarem o quantitativo de Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas no país (2007-2010), através do

¹¹ Não é objeto de estudo desta pesquisa.

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o PDE/PAR, têm induzido uma perspectiva política de governo para a educação especial sem levar em consideração a singularidade das regiões brasileiras.

Considerações finais

As análises desenvolvidas dos indicadores do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil (2007-2010), no contexto do PDE, vislumbraram que: a) há uma intrínseca relação entre a ampliação de distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais em âmbito nacional, e a execução da política educacional com o PDE/PAR; b) a lógica adotada pelo governo federal pautou-se na relação federativa, ao revelar maior cobertura com a concessão das referidas salas às regiões do país que evidenciam mais desigualdades sociais e para o acesso à educação (Norte e Nordeste).

Ainda que, as unidades federadas e os municípios brasileiros tenham autonomia para aderir, ou não, ao “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (BRASIL, 2007c), tem-se como ponto central das conclusões deste estudo que o PDE/PAR representa a materialidade estratégica do Estado brasileiro como regulador das políticas públicas do governo federal, que tem a indução do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais como um dos instrumentos legítimos para esse fim. Aliado a essa questão, o fato de se permitir desvelar contradições na atual política da educação especial no país que sob a perspectiva da inclusão, vem sendo desenhada com foco num modelo prioritário da oferta de atendimento educacional especializado.

Também cumpre destacar que, as divergências constatadas entre as fontes oficiais consultadas quanto ao número de Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas em âmbito nacional, aponta para uma fragilidade nos dados oficiais divulgados pelo governo federal, da política em questão.

Em que pese os limites deste texto, é relevante apontar a necessidade do aprofundamento por outros estudos, de algumas questões levantadas e que não foram discutidas, em decorrência de não ser o seu foco de investigação, com destaque para: a) Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais, pelo MEC, para instituições privadas, principalmente, a partir do PDE/PAR; b) Participação de alunos público-alvo da educação especial das redes públicas nos exames de larga escala realizados pelo MEC (Prova Brasil, Saeb), e da sua relação com os indicadores do Ideb.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995; 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. _____. Secretaria de Educação Especial. **Edital n. 01 de 26 de abril de 2007**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2007a.

_____. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos

_____. **Planilha: Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2005-2009)**. Brasília, 2011.

_____. **Planilha: Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais (2010)**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010)** (2007c). Disponível no *site*: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas (2007b). Disponível no *site*: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 7.611, de 17/11/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

CAMINI, L. **A relação do MEC com os entes federados na implantação do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**: tensões e tendências (2010). Disponível no *site*: <<http://www.gt5.ufpr.br/2010/anais/comunica/ mesa2/Lucia%20Camini.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

CHIESA, M. **Implantação do atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Pelotas sob a perspectiva da educação ambiental**. 2009. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande, UFRG, Rio Grande, RS, 2009.

GARCIA, R. M. C. Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica. In: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. (Org.). **Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. 1 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009, v. 1, p. 123-139.

JANNUZZI, P. M. (2011). **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Disponível no *site*: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

LUCE, M. B.; FARENZENA, N. O regime de colaboração intergovernamental. In: GRACIANO, Mariangela (coord.). (Org.). **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. São Paulo: Ação Educativa, 2007, v. 4, p. 9-13.

MALHEIRO, C. A. L; MENDES, E. G.; BOTURA, R. R.. Análise da distribuição das Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil. In: **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**, 2011, Londrina. Inclusão: Pesquisa e Ensino. Londrina : UEL, 2011. v. 1. p. 1-1.

MARTINS, V. **Educação e o regime de colaboração** (2004). Disponível no *site*: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=202:educacao-e-o-regime-de-colaboracao&catid=12:artigos-de-usuarios&Itemid=23>. Acesso em: 2 abr. 2012.

MILANESI, J. B. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista**. 2012. 183p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. São Carlos, SP, 2012.

PRIETO, R. G. Trajetórias da política nacional de educação e a educação especial: focalizando o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. In: MARQUEZINE, M.C. et al (Orgs.). **Políticas Públicas e formação de recursos humanos em educação especial**. Londrina: ABPEE, 2009. p. 35-57.

REBELO, A. S. **Os impactos da política de atendimento educacional especializado: Análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência**. 2012. 164. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Corumbá, MS, 2012.

SILVA, R. G. **O professor especialista da sala de recursos multifuncionais e a qualidade na educação infantil: uma aproximação possível**. 2008. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, UNB. Brasília, DF, 2008.

SOARES, C. H. R. **Inclusão, surdez e ensino médio: perspectivas e possibilidades para o atendimento educacional especializado**. 2011. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, RS, 2011.

SOTO, A. P. O. M. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade –** proposição/implementação no município de Feira de Santana – BA. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, SP, 2011.